

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 26 de março de 2025 às 07h59
Seleção de Notícias

Jota Info | BR

Patentes

Em expansão no Brasil, pesquisa clínica enfrenta obstáculos para crescimento 3

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

A importância do registro de marca para empreendedores 7

G1 - Globo | BR

Direitos Autorais

Processada, Meta diz que copiar livros para treinar IA foi 'uso justo' 10
REUTERS

Pirataria

Crime organizado e internet impulsionam venda e uso de agrotóxicos ilegais no Brasil 11
MATHEUS GOUVEA DE ANDRADE

Em expansão no Brasil, pesquisa clínica enfrenta obstáculos para crescimento



O Brasil está entre os 20 países líderes no ranking mundial de pesquisa clínica, ficando na frente entre os latinoamericanos[1]. Segundo o mais recente relatório da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 2023 foram submetidos quase 300 Dossiês Específicos de Ensaio Clínico, esses são protocolos de novos estudos clínicos voltados à pesquisa de medicamentos[2]. O país está crescendo nesse campo, com uma nova regulamentação e perspectivas promissoras, mas ainda não explora seu potencial completo - perdendo competitividade no mercado internacional.

A pesquisa clínica é vista como uma etapa primordial de inovação na área da saúde. Por meio desse processo, a segurança e eficácia de novos tratamentos são estudadas, de forma a ampliar a oferta terapêutica no mercado e também fornecer dados para decisões médicas e de saúde pública.

Nos últimos anos, os estudos científicos estão em expansão no Brasil. Entre 2019 e 2024, a pesquisa clínica no Brasil passou da marca de 300 para os atuais 500 estudos clínicos produzidos anualmente, de acordo com a Associação Brasileira de Organizações Representativas de Pesquisa Clínica (Abraco)[3].

O país tem alguns diferenciais para se destacar: a presença de centros de pesquisa qualificados para estudos em saúde, como o Instituto Nacional do Câncer (Inca), um sistema de saúde organizado em torno do

SUS, e a ampla diversidade populacional, necessária para garantir a acurácia dos dados.

"O país tem mais potencial para implementação de mais pesquisas clínicas devido a sua diversidade populacional, sistema de saúde sólido, quadro regulatório estabelecido, necessidades de saúde específicas e capital humano qualificado"

Gustavo Moraes, gerente de Operações Médicas da AbbVie.

"A diversidade étnica e genética da população aprimora a aplicabilidade dos estudos. E, quando feita aqui, as pesquisas clínicas podem atender às necessidades de saúde locais, que exigem soluções específicas. Além disso, fortalecem o nosso sistema de saúde, permitindo que pacientes brasileiros tenham acesso a tratamentos inovadores e impulsionando o desenvolvimento econômico e científico do país", diz Fernando Mos, diretor médico da AbbVie no Brasil.

Ele enumera que a expansão da pesquisa clínica poderia atrair investimento estrangeiro, gerar novas oportunidades de empregos, melhorar a infraestrutura de saúde, capacitar profissionais e potencialmente reduzir custos de saúde com terapias mais eficazes, assim como melhorar a qualidade de vida da população.

Forças a serem exploradas

Assim, evidentemente, o crescimento é uma boa notícia - mas o Brasil fica aquém da sua capacidade. Para se ter ideia, entre 2006 e 2019, foram realizadas quase 250 mil pesquisas clínicas em todo o mundo, sendo que, desse total, pouco mais de 6 mil estudos foram efetuados pelo Brasil, segundo a Abraco[3].

Além disso, a maioria dessa produção científica está

Continuação: Em expansão no Brasil, pesquisa clínica enfrenta obstáculos para crescimento

concentrada em países da Europa e Estados Unidos, com a América Latina ficando para trás. Embora o Brasil esteja entre as dez maiores economias do mundo, o país se estabelece abaixo no ranking de pesquisa clínica, sendo atualmente o vigésimo colocado. Dados do Instituto Brasil de Pesquisa Clínica (IBPClin) estimam que o Brasil seja responsável por apenas 2% desses estudos clínicos feitos no mundo[4].

Porém, o país tem competência para crescer. De acordo com relatório publicado pela **Interfarma**, caso haja uma ampliação da pesquisa clínica em território nacional, o Brasil pode ocupar 10ª posição no ranking global nos próximos anos, sendo responsável por 4,5% dos estudos realizados. Dessa forma, espera-se que mais de 55 mil pacientes se beneficiem, estimulando o mercado para cerca de 48 mil profissionais científicos. Nessa perspectiva, estima-se que mais de R\$ 5 bilhões sejam movimentados apenas com essa atividade econômica.

"O país tem mais potencial para implementação de mais pesquisas clínicas devido a sua diversidade populacional, sistema de saúde sólido, quadro regulatório estabelecido, necessidades de saúde específicas e capital humano qualificado", explica Gustavo Morais, gerente de Operações Médicas da AbbVie. "A combinação desses fatores promove um ambiente favorável para a expansão de estudos clínicos, beneficiando também o avanço global da ciência médica", complementa.

Com notícias da Anvisa e da ANS, o JOTA PRO Saúde entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor

Para Raphael Ribeiro, do IBPClin, o país ainda se sobressai por seguir padrões éticos e técnico-científicos que se adequam à conformidade internacional - nesse aspecto, o Brasil se aproxima do mercado internacional ao realizar estudos multicêntricos, por exemplo. O executivo também cita a alta taxa de retenção dos participantes brasileiros na adesão aos estudos clínicos, o que impacta na qualidade dos dados

coletados.

Em meio a tanto potencial, por que então o Brasil ainda tem números tímidos em pesquisas clínicas?

Um dos motivos seria a alta complexidade de processos e a burocracia ética e regulatória. "Um ensaio clínico pode obter aprovação mais rapidamente nos Estados Unidos pela FDA [Food and Drug Administration, a agência federal americana] do que no Brasil, devido a diferenças nos processos regulatórios", analisa Erica Kagiya, gerente de Operações Clínicas da Abbvie. Essa demora pode desestimular as indústrias que, após anos de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, precisam testar as tecnologias - o que, em última análise, atrasa também a chegada de novos tratamentos aos pacientes.

Para enfrentar o problema, em maio deste ano, entrou em vigor a Lei 14.874/2024, que regula pesquisas com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos[5]. "O cenário de pesquisas clínicas no Brasil é promissor e está em transformação acelerada, principalmente após essa legislação", explica Ribeiro, do IBPClin.

Ainda é cedo para mensurar uma transformação na prática, mas, na visão dele, a norma é capaz de estabelecer maior previsibilidade e agilidade na aprovação regulatória ao reduzir o tempo para o início dos estudos. Assim, o país poderá se tornar mais competitivo no cenário internacional de produção de pesquisas.

"A perspectiva é de crescimento contínuo, impulsionado pelos avanços legislativos, pela diversidade populacional e pelo interesse crescente de investidores em incluir o Brasil em seus projetos globais", diz Ribeiro.

"Um ensaio clínico pode obter aprovação mais rapidamente nos Estados Unidos pela FDA [Food and Drug Administration, a agência federal americana]

Continuação: Em expansão no Brasil, pesquisa clínica enfrenta obstáculos para crescimento

do que no Brasil, devido a diferenças nos processos regulatórios"

Erica Kagiya, gerente de Operações Clínicas da Abbvie.

Kagiya, da AbbVie, concorda com essa perspectiva: "a nova lei proporciona benefícios sociais e econômicos e harmoniza o ambiente regulatório brasileiro às normas e boas práticas internacionais em pesquisa clínica. Com uma segurança jurídica mais robusta e maior previsibilidade dos prazos regulatórios, o Brasil tem o potencial de se tornar ainda mais atraente para pesquisas envolvendo seres humanos." Se as impressões se confirmarem, será possível ver a participação nacional no número de pesquisas clínicas crescer.

Para Ribeiro, do IBPClin, existem outros desafios que podem ser citados: "Existe uma infraestrutura desigual entre as regiões que ficam fora dos centros urbanos, que têm um menor acesso a recursos para pesquisa clínica. Também há um baixo investimento local, tanto do setor público quanto do privado para a pesquisa científica", pontua.

A logística de entrega de insumos, medicamentos e equipamentos em todo o país também é um obstáculo. "Por conta dessa logística complexa, pode acontecer atrasos e altos custos devido às dificuldades no transporte para todo o país", diz o executivo.

Além da questão logística relacionada a materiais, também há essa dificuldade com os participantes durante o processo de coleta de dados do estudo. Alguns indivíduos têm que se deslocar de suas cidades para os centros de referência para serem acompanhados durante cada etapa da pesquisa.

"Tenho pacientes que precisam viajar por três horas de avião para conseguir o acompanhamento na pesquisa", relata Danielle Leão, hematologista da Beneficência Portuguesa de São Paulo (BP) e

pesquisadora clínica. "Do ponto de vista profissional, pelo menos para o médico, precisamos nos dedicar para a pesquisa e ao mesmo tempo para outras atividades relacionadas ao trabalho", acrescenta a hematologista.

Apesar dos obstáculos, os especialistas endossam a necessidade do desenvolvimento e expansão das pesquisas clínicas no Brasil. "Essas pesquisas são cruciais para atender a necessidades ainda não atendidas, promover a educação médica contínua e aprimorar a qualidade de vida dos pacientes", diz Kagiya, da AbbVie.

Nessa linha, ampliar as pesquisas clínicas significa aumentar as chances de novos tratamentos para doenças graves e complexas - o que se torna cada vez mais necessário diante da mudança do perfil da população, que vive cada vez mais e é exposto a danos do atual estilo de vida urbano.

Em 2023, houve 28 incorporações foram realizadas nas seguintes áreas, segundo o Ministério da Saúde: nove tecnologias para doenças raras, seis para doenças infecciosas, quatro para oncologia, três para doenças crônicas e seis para outras doenças. As incorporações incluem produtos para diabetes, tuberculose, HIV, esclerose múltipla, fibrose cística, hemofilia, mieloma, além da vacina contra a dengue. Para oncologia, foram dois medicamentos e dois procedimentos[6].

Essas especialidades se relacionam diretamente a uma crescente procura por tratamentos para condições prevalentes como câncer, diabetes, hipertensão arterial ou dislipidemia, por exemplo.

"Essas são as áreas responsáveis pela maior mortalidade dos seres humanos. Em muitos casos, como na oncologia, há um limite em que não conseguimos mais ajudar os pacientes com as alternativas disponíveis no momento. A pesquisa clínica visa melhorar esse cenário, em busca de tratamentos melhores para o controle de diversas doenças", ob-

Continuação: Em expansão no Brasil, pesquisa clínica enfrenta obstáculos para crescimento

serva Leão, da Beneficência Portuguesa de São Paulo (BP).

Estudos voltados à infectologia também têm destaque, uma vez que atuam em contextos do desenvolvimento de fármacos ou vacinas para doenças infecciosas e parasitárias emergentes, assim como ocorreu durante a pandemia de Covid-19 e do Zika.

"As doenças infecciosas são uma preocupação constante em saúde pública, devido ao potencial de surtos e epidemias. Com o aumento da resistência pelo uso indiscriminado de agentes anti-infecciosos, torna-se crescente a necessidade de medicamentos mais eficazes juntamente com políticas de uso adequado", pontua Moraes, da AbbVie. Dessa forma, ter uma estrutura eficiente para pesquisas clínicas coloca o país na frente nesses cenários.

Fontes:

[1] https://www.interfarma.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Pesquisa-clinica-2022_atualizado.pdf

[2] <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdecontudo/publicacoes/medicamentos/pesquisa-clinica/cop-ec-relatorio-de-atividades-2023.pdf>

[3] <https://abracro.org.br/pesquisaclinicanobrasil/>

[4] <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-11/crescimento-de-pesquisas-clinicas-no-brasil-e-tema-de-simposio-no-rio>

[5] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114874.htm

[6] <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/ministerio-da-saude-esta-preparado-para-incorporar-novos-tratamentos-no-sus-para-pacientes-com-neuroblastoma-e-outras-doencas>

A importância do registro de marca para empreendedores



Para empreendedores, o registro de marca não é apenas um processo burocrático, mas sim uma poderosa ferramenta estratégica que protege a essência do negócio. A

A importância do registro de marca para empreendedores Maria Beatriz Cavalcante Para empreendedores, o registro de marca não é apenas um processo burocrático, mas sim uma poderosa ferramenta estratégica que protege a essência do negócio. terça-feira, 25 de março de 2025 Atualizado às 10:53 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Benefício 1: Garantia de exclusividade e valorização do negócio

Registrar a marca assegura exclusividade, permitindo que seu negócio se destaque no mercado. Ao consolidar a identidade e a reputação da empresa, o registro de marca oferece segurança para que empreendedores possam investir em estratégias de marketing e fidelização com a certeza de que estarão protegidos contra imitações.

Por exemplo, imagine uma pequena cafeteria que in-abpi.empauta.com

vestiu em um nome e logotipo diferenciado, o que a torna reconhecida em sua região. Ao efetuar o registro de marca, essa cafeteria impede que concorrentes utilizem elementos idênticos ou similares, gerando, assim, maior valorização da marca e facilitando a ampliação de seus negócios.

Benefício 2: Proteção jurídica e redução de riscos

Entre os principais desafios enfrentados por empresários experientes, está a disputa acirrada no mercado e a potencial violação de **direitos** autorais. A proteção de marca, obtida através do registro formal junto ao **INPI**, funciona como um escudo jurídico contra o uso indevido de símbolos, nomes e logotipos.

Este benefício não só minimiza os riscos legais, como também evita prejuízos financeiros significativos que podem advir de processos judiciais prolongados.

Outro exemplo, um pequeno produtor de alimentos artesanais, que investe em embalagens e slogans originais pode enfrentar sérios desafios se outra empresa copiar seu conceito e design. Ao ter sua marca registrada, o empreendedor tem um respaldo jurídico que pode ser decisivo na resolução de eventuais conflitos.

Benefício 3: Fortalecimento da identidade da marca e fidelização do cliente

Uma marca registrada goza de maior reconhecimento e confiança entre os consumidores. A associação imediata da identidade visual e do nome com qualidade e credibilidade é um dos ativos mais valiosos para a fidelização de clientes. Por meio do registro de marca, o empreendedor demonstra comprometimento com a seriedade e o profissionalismo do negócio.

Continuação: A importância do registro de marca para empreendedores

Tal reconhecimento se traduz em aumento de vendas e em uma trajetória ascendente no mercado, inclusive em análises de mercado que reforçam a importância de investir na construção de uma marca sólida. Por exemplo, uma empresa que comercializa produtos sustentáveis registrando sua marca, consegue transmitir seus valores de forma mais clara e confiável, atraindo clientes que compartilham dos mesmos ideais e fortalecendo sua posição no nicho de mercado.

Benefício 4: Acesso a novos mercados e oportunidades de expansão

O registro de marca atua, também, como um passaporte para a expansão. Empresários que decidem formalizar a proteção de seus ativos intelectuais podem acessar novas oportunidades de parcerias, franquias e até investimentos externos.

Além disso, a proteção de marca confere uma vantagem competitiva importante em mercados internacionais, pois o processo de internacionalização requer a segurança de que os elementos distintivos da empresa estejam resguardados.

Dados do **INPI** indicam que, no último ano, o número de registros bem-sucedidos teve um crescimento expressivo, reforçando a tendência de empresários que buscam meios para expandir seus negócios com segurança jurídica. Este cenário revela a importância de investir no registro de marca como um diferencial competitivo para explorar novas fronteiras comerciais.

Análise de mercado e contexto atual

Recentes estudos de mercado demonstram que empresas que investem na proteção de marca tendem a se posicionar melhor frente às crises e aos desafios do ambiente econômico.

Segundo os dados do **INPI**, o último ano registrou centenas de novos registros, evidenciando a cons-

cientização dos empreendedores sobre a necessidade de proteger seus ativos. Em um cenário econômico onde a concorrência acirrada demanda inovação constante, saber que a identidade do negócio está legalmente protegida traz tranquilidade e incentiva o investimento em melhorias, novos produtos e serviços diferenciados.

Somado a isso, a confiança na proteção de marca impulsiona as relações comerciais e a credibilidade junto a parceiros estratégicos, que passam a ver o negócio como uma marca robusta e alinhada com as melhores práticas de gestão. Essa tendência é ainda mais evidente entre empreendedores experientes, que sabem que a solidez da marca é um dos pilares para a construção de uma empresa duradoura e resiliente.

Conclusão

Em suma, o registro de marca representa um investimento imprescindível para qualquer empreendimento que deseje assegurar sua competitividade, solidez e crescimento sustentável no mercado. Garantindo a exclusividade, proteção jurídica, fortalecimento da identidade e a abertura para novos mercados, os pequenos e médios empreendedores encontram no processo de registro de marca uma ferramenta poderosa para alavancar seus negócios e se destacar em um cenário cada vez mais desafiador.

Ao adquirir conhecimentos sobre o procedimento do registro de marca, especialmente via **INPI**, os empresários não só protegem seus ativos, mas também se posicionam estrategicamente diante das demandas do mercado. A proteção de marca é uma medida preventiva que evita conflitos e abre portas para oportunidades que podem transformar a trajetória profissional e financeira de um empreendimento.

Se você é um empresário experiente e busca consolidar sua marca com segurança, este é o momento de agir. Não deixe que a ausência de proteção com-

Continuação: A importância do registro de marca para empreendedores

prometa o futuro da sua empresa. Invista na formalização de seus ativos e desfrute dos benefícios que um registro de marca bem planejado pode proporcionar.

Maria Beatriz Cavalcante Especialista em privacidade e proteção de dados pessoais, bem como em

propriedade intelectual. Atuo ajudando startups a se consolidarem no mercado com segurança jurídica. Embaixadora AB2L.

Processada, Meta diz que copiar livros para treinar IA foi 'uso justo'



Empresa tenta se livrar de ação por violação de **direitos** autorais.

A Meta, dona do Instagram e outras redes, pediu a um tribunal dos Estados Unidos que considere que a empresa não violou a lei de **direitos** autorais ao usar livros para treinar seu sistema de inteligência artificial.

O escritor Ta-Nehisi Coates, a comediantes Sarah Silverman e outros autores processaram a Meta em 2023, afirmando que a empresa usou versões piratas de seus livros para treinar a IA sem sua permissão.

Na última segunda-feira (25), a empresa disse para um juiz federal que fez "uso justo" dos livros no desenvolvimento de seu modelo de linguagem para IA, chamado Llama. E que, por isso, o processo deveria ser rejeitado.

Segundo a empresa, seu treinamento de IA está protegido pela doutrina jurídica que permite o uso não autorizado de material protegido por **direitos** autorais em determinadas circunstâncias.

Procurados nesta terça-feira (26), os advogados dos autores não responderam de imediato.

A Meta argumentou que seu uso foi transformador, ao treinar o Llama para "servir como tutor pessoal em praticamente qualquer assunto, auxiliar na ideação

criativa e ajudar usuários a gerar relatórios corporativos, traduzir conversas, analisar dados, escrever códigos e compor poemas ou cartas para amigos". "O que ele não faz é replicar os livros dos demandantes ou substituir a leitura deles", disse a big tech.

"A Meta queria os livros por seu conteúdo expressivo - justamente a questão protegida pela lei de **direitos** autorais", afirmaram os autores do processo. "Mas, em vez de pagar aos detentores dos **direitos** autorais, a Meta sistematicamente pegou e alimentou cópias inteiras de obras pirateadas em seus LLMs (modelos de linguagem) para extrair esse conteúdo expressivo sem ter que pagar."

Meta

Crime organizado e internet impulsionam venda e uso de agrotóxicos ilegais no Brasil



Ofertas de insumos irregulares e proibidos no país são facilmente encontradas em redes sociais e marketplaces. Estima-se que 25% dos agrotóxicos que circulam no Brasil sejam irregulares.

Nos últimos anos, a preocupação com o uso de agrotóxicos no Brasil ganhou maior destaque, acompanhada de um avanço na aplicação destes produtos de forma irregular no país.

Com a facilidade das vendas online, os agrotóxicos ilegais, muitas vezes contrabandeado de países vizinhos, encontraram terreno fértil para ampliar sua presença no campo.

As estimativas do setor são de que 25% dos agrotóxicos que circulam no Brasil sejam irregulares. Em 2023, a Polícia Federal apreendeu 575 toneladas destes produtos, quase 180% mais que em 2022. Em 2023, o Ministério da Agricultura apreendeu 422,9 toneladas e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) 195,7 toneladas.

Na maioria das vezes, os insumos são apreendidos em rodovias ou em fiscalizações em propriedades rurais.

O mercado ilegal é composto por uma cadeia dividida em contrabando, roubo de cargas, **falsificação** de produtos e desvio de finalidade na utilização de princípios ativos importados.

A atração para os compradores está especialmente

abpi.empauta.com

nos preços, pois esses insumos de origem ilegal tendem a ser mais baratos que as opções regulamentadas. Observadores apontam que a alta do dólar nos últimos anos, ao tornar os produtos legalizados mais caros, impulsionou a demanda no mercado paralelo.

Além disso, há substâncias que são permitidas em países vizinhos, mas não no território brasileiro, como no caso do paraquat, proibido no país desde 2020 devido aos riscos para a saúde, que vão desde câncer à doença de Alzheimer.

Na União Europeia, a substância é banida desde 2007. O Paraguai é uma das portas de entrada do insumo proibido no Brasil. Importante de países como China e Índia, o paraquat é vendido legalmente no Paraguai. Depois, a substância ingressa por via terrestre no Brasil, com destaque para o Paraná.

Crime organizadoO grande mercado chamou a atenção do crime organizado. Recentemente, a Operação Mafiusi da Polícia Federal destacou os agrotóxicos entre os produtos comercializados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), assim como drogas e cigarros, além de outras atividades mais tradicionais para o crime.

"Não importa tanto o produto, são quadrilhas especializadas em logística", afirma Luciano Stremel Barros, presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf).

Em sua visão, a possibilidade de transportar diferentes mercadorias, muitas vezes no mesmo veículo, propicia a ascensão do crime organizado, que vai se apropriando das rotas no país.

Barros lembra que, além do uso de produtos inadequados para a produção nacional, há riscos no descarte das substâncias tóxicas ilegais. No caso de

Continuação: Crime organizado e internet impulsionam venda e uso de agrotóxicos ilegais no Brasil

produtos regulamentados, a ampla maioria das embalagens segue rigorosos padrões sanitários.

No caso irregular, segundo ele, diante da falta de fiscalização e impossibilidade de usar os descartes legais, os recipientes são enterrados ou queimados, o que causa ainda maiores danos ambientais e potencialmente à saúde da população local.

Calor cozinha mandioca ainda no pé no Espírito Santo; veja [VÍDEO](#)

Contrabando de ovos supera o de drogas em fronteira entre Tijuana, no México, e San Diego, nos EUA

QUIZ: Você sabe qual alimento vem de cada planta? Teste seus conhecimentos

Legislação só no papel Para muitos produtores, as práticas no campo são bem distantes das regulamentações e permissões dos organismos de controle.

Eric Gustavo Cardin, professor de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), conversou com uma série de agricultores na região nos últimos anos, e afirma que há um perfil que chega a "dar risadas" das mudanças de legislações referentes à questão.

De acordo com Cardin, aqueles com maior capacidade de investimento costumam ter mais cuidados com eventuais transgressões, no entanto, há outros que veem no uso de substâncias ilegais uma forma de aumentar a rentabilidade de seus negócios.

"Agrotóxicos são caros, se alguém pode ter uma diminuição do custo com relação a esta mercadoria, muitas vezes opta por essa alternativa." Nestes casos, muitos pedem os insumos ilegais pela internet. "Muitos conhecem os vendedores no Paraguai, sendo comum o envio cruzando a fronteira", aponta. "Especialmente na região de fronteira no oeste do Paraná, é algo muito comum."

Facilidade online Em outras regiões do Brasil, a facilidade que marketplaces oferecem para o envio de agrotóxicos irregulares cumpre papel "significativo" na expansão do mercado, avalia Barros. Em sites especializados do setor, produtos como o paraquat são oferecidos para entrega em todo o país, algo que também ocorre em comunidades do Facebook que contam com dezenas de milhares de seguidores.

Questionada sobre o tema, a Meta, empresa que controla a rede social, enviou um link para a política de produtos e serviços restritos da plataforma. Após a companhia ser notificada sobre os anúncios, alguns não estavam mais disponíveis.

Nestes casos, deveria haver maior atuação das plataformas, aponta Edson Vismona, presidente do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCPI). "Existem condições para isso, como o controle com algoritmos. Sabemos que há ferramentas disponíveis", avalia.

Segundo ele, nos últimos anos, houve movimentos distintos entre as empresas do setor, com alguns marketplaces aderindo mais ao controle de conteúdo do que outros. Para Vismona, o Brasil é tratado como um "mercado marginal" por certas companhias que não são originárias do país, o que favorece a oferta de produtos proibidos no território nacional.

Frequentemente, plataformas alegam não poder exercer censura prévia, e pedem que violações sejam denunciadas pelos próprios usuários para a retirada de conteúdos. Para Vismona, este movimento "delega para as vítimas o controle, sendo que são as empresas que detém o poder". Além disso, ele argumenta que a questão se trata do Código de Defesa do Consumidor, não de liberdade de expressão.

Legislação comum e acordo com UE Uma proposta frequente de envolvidos no tema é a de que o Mercosul adote uma legislação comum sobre substâncias permitidas no bloco, similar a que está em vigor na União Europeia (UE). Desta forma, as disparidades

Continuação: Crime organizado e internet impulsionam venda e uso de agrotóxicos ilegais no Brasil

que permitem a circulação legal de produtos como o paraquat no Paraguai seria eliminada, o que, em tese, facilitaria o controle.

Barros vê a possibilidade com ceticismo, apontando que uma paridade nas legislações teve pouco avanço em instâncias como o Parlasul, o parlamento do Mercosul. Cardin lembra ainda que a capacidade de execução interna no bloco é reduzida, com aprovações de temas por consenso sendo difíceis, especialmente em momentos de divergências políticas entre os países.

No entanto, ele observa que o fechamento de um acordo com a UE poderia ser um "fator novo" para exercer pressão sobre o tema. Segundo Cardin, o Paraguai se encontra em uma posição "confortável", mas uma maior cobrança internacional para que o país adotasse legislações mais restritivas em conformidade com regras em vigor no exterior poderia ser um caminho para mudanças.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3

Propriedade Intelectual

7

Direitos Autorais

7, 10

Marco regulatório | INPI

7

Pirataria

11